



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O funeral de António Sérgio PODEROSA MANIFESTAÇÃO ANTI-FASCISTA

Perca de 2.500 pessoas concentraram-se no cemitério dos Prazeres e no largo fronteiro para acompanhar o funeral de António Sérgio, prestando homenagem ao corajoso democrata e lutador anti-fascista, um dos mais altos valores do pensamento progressista português.

Milhares de trabalhadores, democratas de todo o país, intelectuais, estudantes, participaram nesta poderosa manifestação anti-fascista. À saída do cemitério soaram os gritos: «ABAIXO O FASCISMO! VIVA A DEMOCRACIA! AMNISTIA!».

No largo dos Prazeres começaram os choques com a polícia que aí se concentrara em força. Vencendo as barreiras policiais, os manifestantes, na sua maioria jovens e trabalhadores, ganharam as ruas. Calculam-se em muitos milhares os participantes da manifestação que percorreu as ruas de Lisboa.

A actuação das forças repressivas demonstra a atitude do governo de Caetano contra todas as manifestações democráticas. Mas não conseguiu impedir que o funeral constituísse uma grande manifestação contra o fascismo e pela Liberdade.

A participação massiva das camadas populares evidenciou claramente o desejo de unidade que as anima, o que deveria constituir indicação e aviso para alguns sectores da Oposição. E mostra as amplas perspectivas, abertas à luta popular e a todo o movimento antifascista no actual momento político.

30.000 ferroviários CONTRA O GOVERNO FASCISTA E A C.P.

Nem os monopólios nem o seu governo cederão qualquer coisa de vontade própria. Apenas através da aguda luta de classes poderá o proletariado ir obtendo concessões até ao desaparecimento das classes exploradoras e do seu governo, única solução para a contradição irreconciliável que opõe o capital ao trabalho.

Se nos últimos três meses, apesar da censura e das intimidações das forças repressivas, a voz dos ferroviários passou a ser ouvida, a ponto de perturbar o sono dos dirigentes da CP e dos governantes fascistas, foi porque do descontentamento e dos queixumes surdos, os 30.000 ferroviários passaram à acção aberta — massiva, unida e organizada — gritando com veemência as suas justas reivindicações. Entre estas, o aumento de 1.000\$00 mensais ocupava e ocupa o primeiro lugar.

A luta é o único caminho

O governo e a C.P. procuraram desde o início ignorar as reivindicações dos ferroviários. O aparecimento prematuro da exposição reivindicativa dos empregados Serviços Centrais da C.P., subscrita por 700 assinaturas e a publicidade que lhe foi feita está sem dúvida ligada a uma manobra soprada por agentes da direcção da C.P. e do governo para

confundir e dividir os ferroviários. É certo que a manobra fracassou mas, no princípio, ainda conseguiu provocar algumas perturbações entre os ferroviários.

Mesmo depois da entrega, no Ministério das Corporações, da

O governo é forçado a quebrar o silêncio

Com a Comissão Nacional Ferroviária à frente, acicatados por dificuldades de longos anos e pelo aumento diário do custo de vida, os ferroviários comunicam entre si à escala nacional, consultando-se sobre as formas de actuação a pôr em prática para obterem a satisfação das suas instantes reivindicações.

exposição reivindicativa subscrita por 10.152 trabalhadores, ainda a C.P. e o governo procuraram manter silêncio, impedindo todos os órgãos de informação de tornarem conhecidas as reivindicações e a razão dos ferroviários.

Em fins de Novembro passado, era enviada à direcção da C.P. uma exposição assinada por mais de 400 ferroviários, exigindo que fossem atendidas imediatamente as suas reivindicações fundamentais:

- aumento geral de 1.000\$00;
 - subsídio de renda de casa;
- (continua na 3.ª pág.)

DOIS CAMINHOS

unidade, organização e luta

ou

espectativa e colaboracionismo

Se as forças democráticas derem provas de firmeza política, de iniciativa, de audácia e de coragem, a crise do regime e a manobra «liberalizante» com que procura salvar-se abrem possibilidades novas, reais, para um rápido desenvolvimento da luta popular, para alcançar a satisfação de muitas reivindicações imediatas, para reforçar a organização e a acção democrática, para agravar a crise do regime

fascista, para criar sólidas bases para grandes lutas pela liberdade.

A situação é extremamente favorável para as forças democráticas. Favorável, mas perigosa. As ilusões acerca das «boas intenções» de M. Caetano, a expectativa, a passividade e a divisão, podem impossibilitar o movimento democrático de aproveitar a conjuntura actual e podem permitir à camarilha fascista vencer a crise, prosseguir a política de exploração, de terror e de guerra e consolidar-se no poder a coberto da manobra «liberalizante».

Tem de dizer-se com toda a clareza que alguns sectores da Oposição, particularmente «socialistas», se entregam a manobras de bastidores contra a unidade e a acção do movimento democrático. Eles apregoam as «boas intenções» de M. Caetano e que se deve esperar o que vai fazer. Eles negam-se a participar em iniciativas conjuntas pelas reivindicações imediatas mais sentidas pelo povo português. Eles afirmam serem «prejudiciais» as lutas populares, que entretanto são o único caminho para impedir a consolidação do regime e obrigá-lo a reais concessões. Tem de dizer-se com toda a clareza que, nestas opiniões e actividades, assim como por detrás delas, se manifestam tendências nítidas para o colaboracionismo com a ditadura, o que é caminho direito para a completa capitulação daqueles que por ele venham a enveredar.

Dadas tais vacilações e oportunismo, os fascistas estão colhendo alguns frutos da sua manobra «liberalizante». Uma certa expectativa, ilusões, falta de coordenação e de iniciativa anti-fascista, reais perigos de divisões profundas na Oposição e de alargamento das bases de apoio do fascismo.

Por isso os fascistas insistem nos seus esforços para aprofundar as fracturas na Oposição. Eles prometem facilidades de presença na vida política

(continua na 2.ª pág.)



A nova equipa renovadora e liberalizante
e as boas almas inocentes

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

por uma jornada de luta em torno das «eleições»

A Jornada Internacional da Mulher será este ano comemorada no nosso país numa nova atmosfera política em que a máscara «liberalizante» do governo de Marcelo Caetano procura disfarçar o velho regime fascista que nos oprime.

Negando, como Salazar, os direitos fundamentais aos cidadãos, prendendo e torturando, como Salazar, o governo de Marcelo Caetano, ao conceder o direito de voto às mulheres, procura prestigiar-se e ganhar o apoio das massas femininas.

Para as lutadoras anti-fascistas, a Jornada Internacional da Mulher deste ano será, pois, antes de mais, uma grande jornada de combate contra esta manobra demagógica do fascismo. Na verdade, o direi-

to de voto às mulheres não é uma dádiva do governo de Marcelo Caetano. É uma conquista do povo português, fruto de uma longa luta de mais de 4 décadas, direito expressamente reivindicado desde 1945 pelas forças democráticas.

Privadas do direito de se associarem livremente, como os trabalhadores e o povo em geral, pois todas as organizações democráticas foram sistemática e coercivamente liquidadas pelo fascismo, as mulheres nunca deixaram de aproveitar todas as possibilidades de luta, sem hesitarem em recorrer à luta semi-legal e clandestina, enfrentando corajosamente a repressão para defenderem os seus direitos de trabalhadoras, de mães e de cidadãs. Concedendo tardiamente o direito de voto às mulheres, o fascismo não consegue fazer esquecer esta realidade.

Para as lutadoras democratas e progressistas, a Jornada Internacional das Mulheres deste ano deverá constituir um novo passo para a criação de um largo movimento de mulheres, aspiração tão profunda e longamente sentida em todo o País.

Neste ano de «eleições» legislativas, em que as mulheres portuguesas irão exercer pela primeira vez o seu direito de voto, o Dia Internacional da Mulher deverá ser acima de tudo a arrancada para as grandes lutas a travar no período eleitoral. Só participando activamente em Comissões auxiliares de Recenseamen-

to, nas ruas, nos bairros, nos locais de trabalho, nas cidades, vilas e aldeias, para ajudar todas as cidadãs e cidadãos portugueses a recensearem-se antes de 15 de Março, as mulheres anti-fascistas poderão iniciar um amplo trabalho de mobilização e esclarecimento indispensável entre as largas camadas da população. Participando, após a luta pelo Recenseamento, em Comissões Democráticas, Cívicas e Eleitorais as mulheres poderão dar um novo impulso à luta pelos seus direitos específicos fundamentais.

Em jantares de confraternização e em amplas reuniões, comemorando o 8 de Março em todos os pontos do País, as mulheres poderão colher os ensinamentos das lutas que vêm travando e discutir amplamente as novas iniciativas a tomar. Contra as vergonhosas taxas de mortalidade infantil, pelos direitos da maternidade e infância, por uma verdadeira assistência na gravidez e no parto a todas as mulheres do do nosso País, pelo direito à instrução para todas as crianças do nosso povo, contra as guerras coloniais e pela Paz, contra a repressão e pela amnistia, pela solidariedade aos presos políticos e ao heróico povo vietnamita, há milhares e milhares de mulheres dispostas a lutar.

Novas e empolgantes perspectivas de luta se abrirão às mulheres!

Adiante, por uma Jornada Internacional das Mulheres, ao encontro de todas as mulheres portuguesas!

DOIS CAMINHOS

(continuação da 1.ª pag.)

aqueles que se disponham a colaborar na manobra fascista. Eles incitam à divisão e ao anti-comunismo. Eles exigem dos colaboracionistas potenciais que «definam as suas atitudes» anti-comunistas (M. Caetano em 27 de Novembro), que «assumam sem equívocos as suas responsabilidades» (Min. do Interior em 14 de Outubro). Infelizmente há homens que se estão deixando arrastar pelo canto da sereia fascista.

É de facto o momento de assumir responsabilidades. Com a Oposição democrática, ou formando uma «Oposição» inofensiva e colaboracionista. Com o movimento democrático ou com o fascismo. Com as massas populares, ou com os seus opressores e exploradores. Com a luta pela liberdade, ou com a manobra «liberalizante». Estamos certos de que todos os verdadeiros antifascistas assumirão as suas responsabilidades, não com o sentido desejado pelos fascistas, mas com o sentido que exigem os interesses da causa da democracia.

Vivemos de facto um momento crucial na vida política portuguesa. É o momento das grandes opções. O povo português optará pela luta consequente contra o fascismo. Se alguns «dirigentes» vacilam, a classe operária, os estudantes, os camponeses, os intelectuais, não se estão deixando iludir, nem pela demagogia «liberalizante» de M. Caetano, nem por posições oportunistas, capitulacionistas e colaboracionistas.

Esperar «o que M. Caetano vai fazer», cruzar os braços, acreditar que serão os fascistas a democratizar a vida portuguesa, seria condenar o movimento democrático à mais espectacular derrota desde a instauração da ditadura fascista há 43 anos. Tomar a iniciativa, criar organismos e organizações para dirigir a luta de massas, ganhar posições nas organizações legais, unir-se e mobilizar as massas para a luta por objectivos concretos imediatos, — é o caminho para impedir a consolidação da ditadura a coberto de demagogia «liberalizante», para alcançar e salvação de numerosas reivindicações, para reforçar o movimento democrático, para abrir caminho para as grandes batalhas políticas que será necessário travar para pôr fim ao fascismo e conquistar a liberdade.

Com cerca de 5.000 assinaturas recolhidas de Norte a Sul do país, foi entregue pelo Natal ao governo fascista um documento reclamando amnistia para os presos políticos. Continua a recolha de assinaturas para esse texto que está a receber calorosa adesão por todo o país.

Também a campanha do Natal dos presos políticos obteve um grande apoio nos mais amplos sectores da população.

Com uma unanimidade que podemos dizer total, democratas de várias tendências vêm exigindo uma ampla amnistia política ao governo de Marcelo Caetano desde a sua tomada de posse.

As famílias dos presos políticos também intensificaram a acção em favor dos seus familiares desde a entrega em Outubro do documento com 473 assinaturas, que já noticiámos.

Os estudantes, principalmente de Lisboa, têm agido audazmente contra a repressão.

Mas tudo isto, ainda é pouco. Não estão a ser aproveitadas todas as perspectivas que se abrem neste momento à luta pela amnistia. Estamos numa fase em que todos os esforços para organizar um forte movimento pela amnistia poderão obter êxitos importantes.

— Êxitos no plano da unidade de acção das forças da Oposição democrática.

Jovens católicos

CONDENAM

A GUERRA COLONIAL

Numa Vigília pela Paz, realizada na passagem do ano na igreja de S. Domingos, 200 católicos, na maioria jovens, e uma dezena de padres criticaram as fórmulas hipócritas da Pastoral do Episcopado que aludia a uma paz abstracta e deixava propositadamente no silêncio as guerras coloniais.

A Vigília representou uma corajosa condenação das guerras coloniais. Para os participantes, ao contrário do que acontece com o Cardeal Cerejeira e a alta hierarquia eclesiástica, «paz na consciência» e «paz na família» são frases vãs enquanto a nossa juventude fôr forçada a sacrificar-se ingloriamente em África, lançando o fogo e a morte sobre os povos em luta pela sua libertação. No documento distribuído durante a vigília, os participantes afirmam a sua disposição de lutarem contra as guerras coloniais, em estreita unidade com todos aqueles que repudiam o colonialismo e estejam dispostos a lutar pela Paz.

Corajosa afirmação anti-colonialista e sincero espírito unitário que não podemos deixar de saudar.

Em contraste com os participantes na vigília, a nota do Patriarcado vem mais uma vez provar que o alto clero e o fascismo estão de mãos dadas nas guerras coloniais e no criminoso conluio contra a Paz.

amnistia! amnistia!

Êxito na mobilização das massas para a defesa dos presos políticos e para a luta contra a repressão.

Temos dito muitas vezes que a amnistia aos presos e exilados políticos é um profundo anseio das massas populares — e é verdade. Mas para que esse anseio tome expressão em iniciativas e acções verdadeiramente massivas, é necessário criarmos a organização capaz de mobilizar as massas para essas iniciativas e essas acções.

Como a Comissão política do C.C. sublinha no seu documento de Janeiro, «dadas as dificuldades do regime, as suas reduzidas bases de apoio e o agravamento da crise pelo desaparecimento de Salazar, o governo procura esconder a sua verdadeira natureza por detrás da demagogia «liberalizante», o que o força a necessariamente a fazer algumas concessões».

Tudo depende, pois, de conseguir que o movimento pela amnistia amplamente unitário e com organização capaz de mobilizar acções de massas, ganhe força bastante para obrigar o governo fascista, em seu próprio interesse político, a recuar na sua política de repressão e terror, ou a fazer concessões parciais que já representariam vitórias democráticas.

Não podemos perder de vista essas concessões parciais tais como: — a libertação de presos gravemente doentes como Joaquim

Pires Jorge, Afonso Gregório e José Carlos, daqueles que já terminaram a pena como Fernando Paiva Tomás, dos que cumpriram mais de metade do tempo de condenação como Octávio Pato, Branco Teixeira, Dias Lourenço, Carlos Costa e muitos outros, a abolição das «medidas de segurança», a cessação das torturas bárbaras e das arbitrariedades contra os presos, a melhoria das condições prisionais. Estas reivindicações são parte integrante da luta pela Amnistia.

Durante a campanha deste ano para as «eleições» de deputados à Assembleia Nacional, a luta pela AMNISTIA deve tornar-se a palavra de ordem central da batalha pelas liberdades democráticas.

Alda Nogueira libertada

Depois de mais de 9 anos de prisão e com a saúde muito abalada, Maria Alda Nogueira saiu finalmente em liberdade no passado mês de Dezembro. Saudamos a libertação da valerosa e firme combatente que é Maria Alda Nogueira, em defesa da qual se tinha levantado a opinião pública nacional e internacional.

A libertação de Alda Nogueira e, como já noticiámos, a de Sofia Ferreira a favor da qual se desenvolvera um grande movimento de solidariedade no país e no estrangeiro, assim como de Augusto Lindolfo, Albina Pato, António Santo e Diogo Velez, são vitórias da campanha contra as medidas de segurança e da luta pela Amnistia.

Que estes êxitos sirvam e reforcem a batalha em defesa dos presos políticos!

AVANTE NA LUTA POR OBJECTIVOS CONCRETOS IMEDIATOS

Os trabalhadores da APT NA LUTA SINDICAL

Através dos seus representantes sindicais nas conversações para as alterações do Acordo Colectivo de Trabalho, os trabalhadores da APT reclamam a urgente satisfação das suas reivindicações fundamentais: aumento geral de vencimentos, subsídio de Natal correspondente a 100%, sobre o ordenado ou salário mensal; formação de 2 escalões para atribuição do subsídio de férias de 50%, e 100%, sobre os salários e ordenados.

Trabalhadores da APT! Com a vossa acção insistente e unida, em exposições, concentrações e todas as formas de luta ao vosso alcance, apoio e impulsão nas iniciativas dos vossos representantes sindicais, para que sejam rapidamente satisfeitas as vossas justas reivindicações.

Alerta às eleições sindicais!

Já começaram as convocações para as Assembleias Gerais nalguns sindicatos Nacionais e outros se seguirão.

— Urge, pois, que os trabalhadores apresentem as suas listas de unidade, e já não é cedo para fazê-lo em muitos casos.

— Há que incentivar, em todo o lado onde vai haver eleições, a organização de comissões sindicais.

— A comissão organizadora das listas de candidatos deve elaborar rapidamente o caderno reivindicativo e dar-lhe ampla divulgação aos locais de trabalho.

— Cada grupo de candidatos deve discutir com os seus companheiros de trabalho a actividade que se propõe realizar no caso de ser eleito.

— Em todas as empresas onde há mão de obra feminina, não substituar a energia e combati-

vidade das mulheres na defesa dos seus direitos de trabalhadoras. Chamá-las à luta sindical.

— Mobilizar os trabalhadores para a ida em massa à Assembleia Geral do Sindicato.

— Desmascarar e resistir às manobras e burlas dos lacaios do patronato e do fascismo.

— Ganhar posições nos Sindicatos elegendo direcções da sua confiança é o primeiro passo para a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores!

Os carteiros em luta

Cerca de 300 carteiros deram início à sua luta contra a insuportável exploração de que são vítimas, concentrando-se em massa, na Praça do Comércio, em frente do Ministério das Comunicações, para reivindicarem aumento de vencimentos.

Foi uma corajosa manifestação contra o Estado-patrão, que deve ser saudada.

Têm os carteiros consigo a força da razão, mas só a força da unidade e a persistência na luta os conduzirá à vitória.

OS OPERÁRIOS DA CARRIS VOLTAM À ACÇÃO



Num clima de descontentamento e de justa impaciência, criado pelo adiamento indefinido da satisfação das reivindicações que ficaram por atenuar após as poderosas manifestações e a greve de Julho, os operários da Carris

de Lisboa voltam a dar provas do seu espírito de luta.

Exposto numa vitrina da estação de Santo Amaro, num dia de Novembro, um papel escrito à mão lançava este aviso dos trabalhadores: «Se não satisfizerem as nossas reivindicações, voltaremos à guerra santa»

Demonstrando que não se ficaram só nas palavras, os operários, em grupos, voltaram a utilizar o Sindicato como campo de batalha, pressionando a direcção para que as reivindicações pendentes fossem rapidamente satisfeitas. No dia 7 de Dezembro, mais de 500 trabalhadores reunidos no Sindicato, foram informados dos resultados obtidos com a sua acção nomeadamente o horário das 7 horas para os que trabalham de noite e o subsídio de férias. Em viva discussão que se prolongou até altas horas da madrugada, os trabalhadores voltaram a pressionar a direcção do Sindicato para que fossem totalmente satisfeitos as suas reivindicações.

Com pequenas concessões, a conta-gotas, os monopólistas da Carris não conseguem iludir os trabalhadores nem afastá-los do caminho da luta. A ideia que parece generalizar-se de que «só a ferro se consegue qualquer coisa», embora correspondendo a um desejo irreprimível de combater o inimigo de classe da forma mais enérgica, não deve, porém, conduzir ao desânimo e à inacção. No momento em que, como o actual, a luta ainda não atingiu uma fase aguda e aberta, é necessário recorrer a outras formas de acção, tal como o recurso insistente ao Sindicato e a novas pressões junto da direcção da Companhia. Só assim será possível conduzir novamente, de degrau em degrau, a luta a uma fase explosiva como em Julho passado, quando o patronato e o fascismo, dominados pelo pânico, não puderam recusar por mais tempo o aumento de salários.

Operários da Carris! Colhendo os ricos ensinamentos da vossa experiência de luta, fortalecei a vossa unidade e organização, e continuai firmemente a vossa acção junto do Sindicato e da direcção da Companhia, na nova fase da luta que atravessais, para a rápida e total satisfação das vossas restantes reivindicações.

30.000 FERROVIÁRIOS CONTRA A C.P.

(continuação da 1.ª pág.)

- horário de trabalho de 8 horas para todas as estações, apeadeiros e passagens de nível;
- pagamento das horas extraordinárias com aumento de 50%;
- subsídio de férias equivalente a um mês de vencimento;
- assistência médica-medica-mentosa em conformidade com a que é dispensada pela Federação das Caixas de Previdência;
- actualização dos subsídios para confecção dos fardamentos;

No dia 3 de Dezembro, colo-

cando as mesmas exigências, outra exposição era enviada à direcção da C.P. com 260 assinaturas, logo apoiada por cerca de 1.000 telegramas, na sua maioria colectivos, vindos de todos os sectores ferroviários.

A par destas acções, em apoio das reivindicações, nelas contidas, os ferroviários enviaram cartas e telegramas ao governo, individual e colectivamente.

No dia 8 de Dezembro, é sob esta pressão que o governo, por intermédio do ministro das Corporações, é forçado a dar a conhecer ao País as prementes reclamações dos ferroviários e a fazer promessas.

Uma pequena vitória que não satisfaz os ferroviários

A promessa do mísero aumento global anual de 70.000 contos para os 30.000 ferroviários, feita pelo ministro das Corporações em 8 de Dezembro, provocou a justa indignação dos trabalhadores. Passando do indignação à acção imediata, enviaram àquele ministro fascista uma carta aberta. Apenas em 4 dias, foi esta subscrita por 3.468 ferroviários e logo apoiada por mais de 1.000 telegramas dos vários sectores das linhas, considerando irrisório, ridículo e mesquinho o aumento prometido e insistindo na reivindicação dum vencimento competitivo com o elevado custo de vida. O luto ferroviário, seguido por cerca de 80% do pessoal, foi mais um motivo de usio para o governo. Ao mesmo tempo, os ferroviários desmascaravam e demagogia dos governantes fascistas que usavam falar em sacrifícios e a suportar por todos. Não, não é verdade que o governo peça sacrifícios aos bancos e empresas que amontoam lucros escondidos, tal como não representam sacrifícios os ordenados dos dirigentes da C.P. que passa-

rem recentemente, por ordem crescente, de 9.500\$00 para 21.000\$00; de 13.000\$00 para 22.000\$00 e de 13.600\$00 para 23.000\$00!

Se tivéssemos em conta que, antes do recente aumento, 4 categorias de ferroviários ganhavam apenas entre 550\$00 e 900\$00 por mês e que outras 8 ganhavam de 1.200\$00 a 1.950\$00, não é possível deixar de considerar como verdadeiro insulto à miséria dos ferroviários o abismo existente entre aqueles ordenados e a promessa do mísero aumento prometido.

Apesar de tudo, nem esta promessa os fascistas desejariam fazer. Os ferroviários andarão, pois, bastante mal se não considerassem como uma primeira vitória sua, fruto da sua luta, este primeiro passo a que forçaram o governo. Da mesma maneira deve ser interpretada a promessa, também pública, de completa equiparação do esquema de benefícios da Caixa de Previdência dos Ferroviários aos dos Instituições de Previdência do Comércio e Indústria.

Uma segunda vitória que não pode satisfazer os ferroviários

A reacção pronta dos ferroviários contra a mísera promessa do governo, os ferroviários obtiveram uma segunda vitória: o governo que na primeira declaração pública não tinha ido além de promessas e da nomeação duma Comissão para «estudar» o problema, com o objectivo de entreter indefinidamente os ferroviá-

rios, foi forçado a ceder a um aumento global de 96.000 contos, mais 37% do que o anteriormente prometido.

Tal facto demonstra só por si que a luta é o único caminho e que os resultados alcançados pelos trabalhadores serão tanto melhores quanto mais firme, unida e decidida for a sua luta.

A luta deve continuar e tomar novas formas

Para algumas categorias, o aumento por percentagens é pouco mais que nada. Os aumentos de 9% para os reformados e de 12,2% para os trabalhadores do activo, não satisfizeram ninguém. Ligados, porém, à satisfação da reivindicação sobre a Previdência, representam, sem sombra de dúvida, uma vitória parcial dos ferroviários.

Mas os ferroviários não conseguirão ver satisfeitas todas as outras reivindicações, em particular os 1.000\$00 de aumento, se não tirarem imediatamente os ensinamentos destas experiências e das vitórias parciais obtidas, se não recorrerem audaciosamente a acções mais enérgicas.

Nesta primeira etapa, a luta dos ferroviários tomou formas novas, mais ou menos abertas, de consulta, à escala de toda a linha, sobre o que fazer e como fazer. Todos os trabalhadores puderam pronunciar-se sobre as reivindicações que desejavam ver satisfeitas e as formas de o conseguir.

Porém, paralelamente às exposições, às circulares, às cartas e recolha de assinaturas para as apoiar, deveriam também os ferroviários ter realizado reuniões massivas nos locais de concentração habitual, concentrações junto das direcções central e locais da C.P., manifestações de rua em direcção às autoridades locais, não permitindo que o grito dos seus reclamos pudesse ser abafado pelo governo fascista. E se estas formas de luta não bastassem para forçar o governo e a C.P. a atender as justas reivindicações dos 30.000 ferroviários portugueses, a greve de braços caídos seria o mais curto caminho para a vitória.

Se os 30.000 ferroviários decidirem prosseguir, unidos e firmemente a via que apontamos, conquistarão as reivindicações não satisfeitas.



a luta dos operários da CUF NÃO PODE PARAR

Os capitalistas da CUF foram forçados a conceder pequenos aumentos a todo o pessoal por temerem o desenvolvimento da acção combativa dos trabalhadores. Os operários que recebiam a quin-

zena tiveram um aumento de 12,5% sobre o que já ganhavam, passando a receber ao mês.

Estes magros aumentos não vão bulir nos lucros sacrossantos da Companhia, e nem de longe acompanham a subida do custo de vida. Além disso os tubarões Melos não dão ponto sem nó: o pagamento mensal aos trabalhadores, que lhes permite manter nas mãos, por mais tempo, largas dezenas de milhares de contos, poderá permitir operações bancárias e outras transacções comerciais de grande envergadura, virá a traduzir-se em nova fonte de lucros para a CUF.

Ficando muito aquém das necessidades e reivindicações dos trabalhadores, os aumentos agora concedidos só deixam este caminho para forçar os capitalistas da CUF a novos e mais substanciais aumentos: o prosseguimento da acção, firme, unida e organizada dos trabalhadores.

NÃO! aos aumentos dos impostos

O grito souo no passado dia 8 de Janeiro, em Famelicão, Partiu, firme e unânime dos feirantes, que reagiram imediatamente contra o novo assalto que a Câmara Municipal planeava fazer às suas megras bolsas. Não, os feirantes não emarriam as suas tendas enquanto lhes fossem exigidos aumentos que chegariam a quadruplicar os taxas habituais. E é isso nom as forças repressivas os puderem obrigar.

O povo esteve com os feirantes, consciente de que aquela luta também era sua. O povo não teve feira naquele dia, mas solidarizou-se com a acção dos feirantes, na luta contra os aumentos dos impostos, na luta contra o custo de vida.

GREVE DOS ESTUDANTES

(continuação de 5.ª pág.)

pedir que centenas de estudantes chegassem a Coimbra, levando a sua solidariedade aos colegas em luta contra a Comissão Administrativa e por rápidas eleições na Associação Académica.

Num colóquio com cerca de 2.000 estudantes e num comício que reuniu igual número, os problemas gerais da Universidade foram animadamente debatidos. Participaram no tradicional cortejo, cerca de 6.000 estudantes das 3 Universidades do País. Os «8 Pontos» reivindicativos das liberdades associativas, votados em Coimbra por milhares de estudantes, exprimem as suas mais instantes reivindicações ao nível nacional. Lançando os alicerces para uma futura União Nacional dos Estudantes, os representantes dos estudantes das 3 Universidades, decidiram a constituição de uma Comissão Nacional a fim de exigir do governo medidas inequívocas para a rápida satisfação das reivindicações fundamentais expressas nos «8 Pontos». Em Lisboa, os estudantes elegeram os seus 3 representantes numa reunião plenária com cerca de 3.300 alunos.

Com grande alarido, o governo viu crescer as acções reivindicativas dos estudantes. Entre eles, em Lisboa são de salientar as múltiplas e massivas reuniões de curso e Reuniões Gerais de Alunos, com mais de 800 alunos de Medicina; reuniões de milhares de estudantes em Letras, dispostos a recorrer à greve se até 15 de Dezembro não fossem satisfeitos algumas das suas reivindicações essenciais; a grande movimentação nos cursos, em Ciências, para eleição de representantes, discussão de problemas relativos à reforma do ensino e luta contra a Comissão Administrativa. No Instituto Industrial de Lisboa, numerosas Reuniões Gerais com centenas de alunos forçaram o ministro da Educação a algumas concessões. Porém, ante a reivindicação de autonomia académica, sem conseguir iludir a questão posta pelos estudantes, o ministro fascista vacilou e ameaçou-os com o repressão.

O assalto praticado por 70 agentes da Pide e pela PSP às instalações da Associação, do Instituto Superior Técnico a suspensão dos dirigentes associativos, o inquérito às actividades da direcção da Associação, o encerramento das aulas no Instituto 10 dias antes das férias do Natal e a ocupação do edifício pelas forças policiais desmascararam a demagogia «liberalizante» de Marcelo Caetano e desencadearam uma onda de indignação e protesto em toda a Universidade.

Foi imediata e enérgica a reacção dos estudantes. Num plenário realizado no dia 9 de Dezembro, na Cidade Universitária, cerca de 5.000 estudantes, cercados pela polícia de choque, decidem o luto académico, com utilização das salas de aula para a discussão de todos os seus problemas, e particularmente contra a repressão no Técnico. A greve, seguida praticamente a 100%, em todas as Faculdades de Lisboa, teve início no dia seguinte e prolongar-se-ia até ao

início das férias do Natal.

Amplas reuniões de alunos e professores tinham simultaneamente lugar em muitas faculdades, tal como os 1.600 estudantes reunidos no erro da Faculdade de Letras. Em Belas Artes, a reforma do ensino e a autonomia da Universidade foram ampla e vivamente debatidas.

A luta generalizada a todas as Faculdades de Lisboa prosseguiu vigorosamente. Milhares de estudantes reunidos novamente num plenário eram informados por uma comissão encarregada de se «avistar» com Marcelo Caetano dos resultados das diligências efectuadas e decidiam continuar a greve.

Os fascistas procuraram desacreditar o movimento associativo aos olhos do País, usando a mais baixa calónia.

Contudo, ante a pujança do movimento estudantil, o fascismo foi forçado a fazer vários recuos, que constituem outras tantas vitórias dos estudantes. Está neste número a realização de eleições na Faculdade de Ciências, no momento em que a greve abalará a todas as Faculdades de Lisboa e quando numerosos telegramas de protesto provenientes dos estudantes de Coimbra condenavam a repressão no Técnico solidarizando-se com os estudantes em luta.

No combate pela autonomia da Universidade, os estudantes estão atravessando uma importante fase que os poderá conduzir a relevantes conquistas.

Estudantes de Lisboa! «Avante» saúda a determinação e alto grau de combatividade a que acabais de elevar a vossa acção! Alerta, porém, contra as tendências, quer esquerdistas, quer oportunistas, que têm procurado ganhar terreno no vosso movimento e de que só o fascismo poderá beneficiar. A análise serena dos problemas estudantis a escolha das mais justas soluções, na base de amplas discussões democráticas e num espírito de unidade anti-fascista, são a melhor forma de combate quer ao oportunismo que leva à passividade, quer às ideais sectárias do «tudo ou nada», que a repressão fascista espreita a cada momento.

A luta pelo cumprimento das promessas arrancadas deve prosseguir, forçando o governo a novas e mais importantes concessões. A completa satisfação das reivindicações sintetizadas nos «8 Pontos» é condição indispensável para uma Universidade unida e autónoma e o caminho para uma profunda Reforma do Ensino no nosso País.

Na batalha por uma Universidade ao serviço do povo e da Nação, os democráticos, o povo português no seu conjunto, deverão apoiar activa e decididamente as corajosas lutas dos estudantes contra a repressão e o fascismo.

CONTRA O FASCISMO E PELA LIBERDADE: unidade na acção e para a acção

A preparação para a campanha de 1969 para as «eleições» para a Assembleia Nacional oferece desde já vasto campo à iniciativa política unitária.

Al também se manifestam as tendências oportunistas e sectárias. Há o perigo de que alguns procurem ganhar as boas graças do governo para serem considerados os únicos representantes da Oposição, separando-se dos restantes sectores democráticos e apontando estes à repressão como «comunistas» e «subversivos». Há o perigo do desenvolvimento de tendências de abstencionismo e de boicote.

Para que as forças democráticas possam transformar as «eleições» para a Assembleia Nacional numa grande batalha pela liberdade, é necessário que os sectores que mantêm forte espírito unitário e representam a parte mais consequente e dinâmica da Oposição, reforcem os métodos da sua cooperação e organização, liguem desde já a «campanha eleitoral» à luta por objectivos concretos imediatos, acordem e decidam candidaturas unitárias, formem comissões de candidatura e Comissões cívicas, criem todo o amplo apoio organizado numa base distrital e local, e sem perda de tempo, lancem a luta pela inscrição no recenseamento eleitoral e para que os cadernos eleitorais sejam organizados com seriedade e devida fiscalização.

A iniciativa não fecha as portas ao entendimento e à cooperação com outros sectores. Deve mesmo incentivá-los. Deve ser permanente a disposição de cooperar com todos quantos sinceramente queiram pôr fim à ditadura, tenham estado até hoje numa posição de direita ou de esquerda, sejam quais forem as suas opiniões políticas. Repetindo uma velha consigna, «não se devem amarrar os homens aos erros do passado» desde que mostrem pela sua acção querer lutar pelas reivindicações mais sentidas do povo português.

Condene-se porém a ficar para trás irremediavelmente quem nada faça sem o assentimento dos que procuram atrasar, empatar, alcançar uma posição hegemónica que ninguém lhes reconhece, impedir a luta popular, sacrificar toda a esquerda da Oposição a negociações de bastidores com os fascistas «liberalizantes».

Que os sectores antifascistas mais consequentes e com espírito unitário tomem com audácia e confiança a iniciativa nas próprias mãos a tarefa de primordial importância para os sucessos do movimento democrático no momento presente.

(«Terceiro mês de governo de Marcelo Caetano», doc. da Comissão Política do C.C. do Partido Comunista Português)

Quantias recebidas dos amigos do Partido

Abaixo o Caetano 1.000\$00	Idem 900\$00	batalha ideológica 250\$00	Paz no Vietnã 20\$00
Agentes técnicos lutei 40\$00	Castro vermelho 10\$00	José Bernardino (AL) 100\$00	P.C. Novo Farel 400\$00
Ajude 5\$00	Idem 1.440\$00	Idem (CA) 12\$50	Pedro Soares (5-6) 200\$00
« à luta 500\$00	Catarina Eufémia 20\$00	Idem (GA) 80\$00	Porcentagem de vendas para o Partido (5-6) 600\$00
« ao Partido 49\$3	Idem (E) 200\$00	Idem (MO) 100\$00	Por Angola 50\$00
Alentejanos vermelhos V 100\$	Idem (E) 21\$00	Idem (OU) 100\$00	Por Eça (A) 41\$00
Algarvio de Lagos 10\$00	Com o Partido 200\$00	Joana Jovens comunistas 100\$00	Portugal anti-fascista 10\$00
A memória de M. Rodrigues da Silva 2.820\$00	Idem 100\$00	Justiça do povo 600\$00	Portugal progressista 10\$00
Idem 3.936\$00	Idem 100\$00	Idem 250\$00	« vermelho 10\$00
« de Alfredo Lima 500\$00	CJ sem canção 467\$00	Idem 1.000\$00	Por uma verdadeiramente democrática 323\$00
« de Maria Alberina 1.000\$	Combater o revisionismo 10\$00	Leitura do Manifesto Comunista 7\$00	Prof. Fulido Valente 20\$00
Amigo certo 10.000\$00	que das videiras 1.000\$00	Liberdade a José Bernardino 500\$00	Prov. Portuguesa vermelha 500\$00
Amigo de Ioja (7) 100\$00	Cuba livre 220\$00	« para Pires Jorge (R) 50\$00	Piras Jorge 200\$00
Idem (10) 100\$00	Defender e organizar 33\$00	Idem (B) 20\$00	Idem 5\$00
Amigo de quinta (9) 50\$00	Democrata 20\$00	Idem (M) 10\$00	Idem 10\$00
Idem (10) 50\$00	Democrata da esquerda 100\$00	Idem (R) 40\$00	Que o exemplo de vida de M. Rodrigues da Silva de sementes 14.700\$
« do Partido 25\$00	Dias Coelho 10\$00	Idem (P) 50\$00	R.P.L. 70\$00
Amigos do Partido 371\$00	Diniz Miranda 10\$00	Idem (R) 100\$00	Reforma Agrária 50\$00
Amigo esquerda 200\$00	Idem 7.434\$00	Idem (r) 50\$00	Idem 50\$00
Amigo e arredores 70\$00	Idem 100\$00	Idem 50\$00	Que o exemplo de vida de M. Rodrigues da Silva de sementes 14.700\$
Amizade 200\$00	Dois camaradas 538\$00	Libertação de Dinis Miranda 300\$	R.P.L. 70\$00
Idem 100\$00	Emblema (SP) 50\$00	Dinís Miranda 300\$	Reforma Agrária 50\$00
Idem 100\$00	Engenheiro simpatizante 4.000\$	Luta armada 560\$00	Idem 50\$00
António (5-6) 200\$	Extra (V2) 1.000\$00	Luta construção civil 200\$00	Idem 50\$00
Anti-colonial 800\$	Fernando Vicente (5-6) 100\$	Liques 100\$00	Ribatejo democrático 100\$00
Ao povo da revolução 140\$00	Ferroviário vermelho 20\$00	M. Rodrigues da Silva 10\$00	Sedov (I) 100\$00
Ao saudoso e querido cam. M. Rodrigues da Silva 600\$00	Ferry 7\$50	Idem 10\$00	Serra vermelha 1.250\$00
Assim foi temporado o ego 129\$50	Filho de peixe sabe nadar (7) 20\$	Idem 10\$00	Idem 150\$00
Aurélio Dias (7) 220\$00	Flores vermelhas 11\$00	Moedas soviéticas (A) 130\$00	Idem 100\$00
Avante pela liberdade (X) 20\$	G.D.A. 450\$00	Idem 200\$00	Idem 200\$00
Blanqui Teixeira 450\$00	G.D.A. 61\$00	Militão Niemeyer 40\$00	Solidariedade Portugal-Vietnã 15\$00
Canais Rocha 200\$	Germano Vidigal (A) 100\$00	Os dois socialistas 20\$00	Idem 10\$00
Carpintaria 30\$00	Gogol 5\$00	Objectivo vermelho 365\$00	Terraful (7) 790\$00
Idem 200\$00	Ho Chi Minh 20\$00	Idem 50\$00	Todos por um grande Partido 10\$00
	Homagem a M. Rodrigues da Silva 3.000\$00	O Internacional 20\$	
	Imprensa democrática (7) 50\$	O Vermelho 100\$00	
	Intensificar a	Idem 50\$00	
		Panova 20\$00	
			TOTAL: 67.678\$90

AS GUERRAS COLONIAIS são pagas pelos trabalhadores



As guerras que os colonialistas portugueses conduzem contra os povos da Guiné, Angola e Moçambique são um cancro alojado nos pulmões de Nação e que acarreta ao povo português os maiores sofrimentos.

O governo e os monopólios desenvolvem uma monstruosa campanha ideológica com o objectivo de preverter a consciência de classe dos trabalhadores. Assim, procuram convencê-los de que Portugal não poderia viver sem as colónias e que, por isso, todos os sacrifícios devem ser consentidos para defender a posse dessas verdadeiras coudadas dos colonialistas portugueses e estrangeiros em África. Só em 1967, 10 empresas coloniais tiveram de lucro líquido confessado a bonita soma de 563.100 contos. Isto sem falar em potentes como os Petróleos de Angola ou a Diamang que em 1967 obteve uma produção com o valor bruto de 1 milhão, 219 mil e 786 contos.

Em África operários e camponeses fardados não defendem a soberania nem a independência de Portugal, e muito menos os interesses do povo português. Estão ali única e exclusivamente para defender os bens e os super-lucros dos grandes capitalistas portugueses e estrangeiros, unidos estreitamente na exploração e opressão dos povos português, guineense, angolano e moçambicano.

As despesas militares são incompatíveis com o desenvolvimento económico do país

Hoje com Marcelo Caetano, como ontem com Salazar, a política financeira do governo é orientada no sentido de obter um excedente das receitas ordinárias sobre as despesas da mesma natureza que possa cobrir os encargos com as guerras coloniais.

Este malabarismo financeiro não consegue, porém, esconder a triste realidade. Gastando grande parte das receitas ordinárias com as guerras coloniais, o governo reduz ao mínimo as despesas reprodutivas e de carácter pacífico.

No primeiro semestre de 1968, as despesas militares e de segurança representaram 48,8% das despesas totais, contra 45,1% em igual período de 1967, ou seja mais cerca de 1 milhão de contos. Por seu turno, as despesas de investimento cresceram apenas 11 mil contos, baixando a percentagem em relação à despesa total de 19,2% para 16,8% em igual período de tempo.

As chamadas despesas de defesa e segurança passaram de 3.258 mil contos, em 1960 para 10.253 mil contos, em 1967, ou seja de 28,7% para 43,8% do total. Em 1968 terão ultrapassado os 11 milhões de contos. Conforme a Lei de Meios para 1969, as despesas militares continuarão a ter «prioridade absoluta» sobre todas as outras. Tal como tem acontecido nos anos anteriores, o governo poderá, no decorrer do ano, reduzir e mesmo

As guerras coloniais provocam o aumento dos impostos e do custo de vida

O imposto de transacções criado em 1966 para cobrir o encargo de 850 mil contos com o aumento ao funcionalismo rendeu, logo no ano seguinte, 2.218.500 contos. Agora aumentaram-se as taxas sobre o consumo de tabaco para cobrir o encargo com o aumento ao professorado primário, às forças repressivas e alguns militares, não obstante as receitas do imposto de transacções darem ainda para isso e para muito mais.

suspender despesas de carácter pacífico orçamentadas e, por sua vez, elevar o limite estabelecido para pagar as guerras coloniais e outras despesas militares impostos pela participação de Portugal no agressivo bloco da OTAN.

Além do mais, esta criminosa política obriga a empréstimos internos e externos que apresentados sob o falso rótulo de «fomento» se destinam na realidade a custear despesas de guerra.

No seu conjunto, as despesas militares e os encargos com a dívida pública representaram, em 1967, 54,8% das despesas totais. Em 1968, a situação não foi sem dúvida melhor em 1969 tudo indica que piorará, pois toda a política do governo de M. Caetano se orienta para o reforço do dispositivo militar nas colónias. Isto prova só por si que as guerras coloniais são contrárias aos interesses do povo português que aspira a uma pátria livre e independente.

Como o Partido Comunista Português afirma no seu Programa e nos últimos documentos do Comité Central, a luta pelo fim das guerras coloniais, pela abertura de negociações com os representantes do movimento nacional libertador das colónias portuguesas com vista à sua independência imediata é um imperativo nacional que se coloca à classe operária e a todos os portugueses verdadeiramente patriotas.

Enquanto são arrancados cada vez maiores impostos ao povo trabalhador, os tubarões da finança e da indústria e os grandes agrários, por sua vez, pagam cada vez menos proporcionalmente às fortunas que vão acumulando à custa do suor e da miséria das massas trabalhadoras, obtêm isenções de vários impostos e ainda dispõem de fundos do Estado, da Previdência e do Fundo de Desemprego para financiarem as suas em-

presas e negócios.

O aumento constante dos preços insere-se na mesma política de guerra e de protecção aos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros.

Em lutas difíceis e por vezes prolongadas os trabalhadores têm obtido aumento de salário. Em muitos casos, porém, ainda os trabalhadores e o funcionalismo não começaram a receber os aumentos alcançados e já o governo autorizou ou ordenou o aumento dos preços, ficando aqueles anulados desta maneira.

Segundo as estatísticas, no primeiro semestre de 1968 o custo de vida aumentou em Lisboa 8,2%, enquanto os salários industriais aumentaram apenas 6,8%. De então para cá, a subida dos preços tem sido veloz. Mesmo o deputado fascista Virgílio Pereira da Cruz proclamou que o custo de vida subiu em «escala apreciável» em 1967, tendo depois, em 1968, aumentado 15% no Porto e 23% em Lisboa. O vereador da Câmara Municipal de Lisboa Santos Baliza reconhece que o aumento dos preços a retalho verificado ultimamente «não pode deixar de causar apreensões».

De meados de Setembro para cá, aumentaram os preços do arroz, do azeite, da batata, das hortaliças, da fruta, do peixe, de certos tipos de carne, do queijo; de certas carreiras dos transportes colectivos do Porto entre

Desmascaremos a demagogia do governo e do patronato

O fascismo e o patronato levam a sua campanha de mentiras ao ponto de afirmar que os aumentos de salários conseguidos pelos trabalhadores, sempre à custa de dura luta, têm ultrapassado os aumentos dos preços, que as empresas não podem distribuir mais do que obtêm, etc. . .

Em 1967, depois de retiradas avultadas verbas para fundo de

25 e 50%; os eléctricos e autocarros de Lisboa foram aumentados entre 20 e 67%; a portagem na ponte de Lisboa, para alguns veículos, subiu entre 25 e 100%; as taxas sobre o tabaco aumentaram entre 100 e 350%; a electricidade e a água, em Coimbra, subiram, respectivamente, mais 10 e 40%; está anunciado o aumento das tarifas ferroviárias; certas variedades de chapa zincada suportaram 30 a 50% de aumento; as tarifas alfandegárias para a folha de flandres, que eram de 160\$00 por tonelada passaram para 2.200\$00 e 4.400\$00 máxima; as rendas de casa em Lisboa e Porto atingem preços proibitivos para as classes trabalhadoras, 2,3,4,5 e mais contos por mês. Em Guimarães, por exemplo, as rendas atingem 1.500\$00 e 2.000\$00 por mês e em S. João da Madeira, em 4 anos, verificou-se um aumento de 80% em casas idênticas. É quase certo que o preço dos táxis em Lisboa irão aumentar em 60%, a bandeirada, 5%, as fracções e 25%, o quilómetro. Por sua vez, os automóveis de aluguer sofrerão um aumento de 25%, a 70%.

Tais são alguns dos muitos frutos amargos de 4 meses de governo de Marcelo Caetano que os trabalhadores não podem aceitar passivamente. Reunidos aberta e massivamente nos locais de trabalho e nos sindicatos, deverão discutir as formas de acção imediata para fazer frente à carestia da vida.

reserva legal, de reserva variável, outros fundos de reserva, reserva extraordinária, reserva especial, amortizações, para os corpos gerentes, etc., 15 bancos tiveram de lucros líquidos confessados 690 mil contos; 10 companhias de seguros 85 mil; 11 empresas eléctricas 639.600 mil; 55

(continua na 6.ª pág.)

Greve dos estudantes de Lisboa «Uma Universidade para a Nação»

A clara demonstração do divórcio existente entre o governo de Marcelo Caetano e as massas estudantis surgiu logo no início do novo ano escolar. A proibição da intervenção de um estudante, representante da maioria, na Abertura Solene da Universidade Clássica, foi uma demonstração da prepotência fascista a que os estudantes reagiram prontamente boicotando a sessão. Assim, no momento em que, mais uma vez, os fascistas inauguravam em família a «Universidade Morta», alheia aos interesses dos estudantes, dos professores e da Nação, mais de 4.000 estudantes e vários professores reunidos no edifício da Cantina da Cidade Universitária inauguravam a «Universidade Viva», aquela que quer abrir de par em par as suas portas aos progressos da Ciência e a todos os filhos do povo português. Na poderosa marcha de silêncio que se seguiu, mais de 3.000 estudantes, empunhando bandeiras nacionais e das Associações, reclamaram com cartazes em frente do edifício da Reitoria «Uma Universidade para a Nação!».

A comemoração da tradicional «Tomada da Bastilha», em Coimbra, foi outra vigorosa manifestação de unidade que os fascistas procuraram por todas as formas impedir. Sabotaram o transporte de milhares de estudantes, mas não conseguiram im-

(continua na 4.ª pág.)



IMPORTANTES CONCLUSÕES do C.C. do P.C. da Checoslováquia

O Pleno do CC do PC da Checoslováquia realizado em 14-17 de Novembro de 1968 aprovou uma resolução intitulada «As tarefas imediatas [unidades do Partido], que constitui um passo importante no sentido da normalização da situação na Checoslováquia.

Merecem referência especial os seguintes pontos da resolução:

1) Dá um balanço positivo de 20 anos de socialismo na Checoslováquia, concluindo que o CC «desaprova uma apreciação unilateral, nihilista e negativa do nosso desenvolvimento até agora, por não corresponder à realidade histórica».

2) Sublinha erros cometidos antes de Janeiro de 1968 (burocratismo, transformação do centralismo democrático em centralismo burocrático, poder pessoal de A. Novotni) do que resultaram o enfraquecimento da autoridade do Partido e da confiança na sua própria política e descontentamento na sociedade.

3) Confirma a necessidade das decisões do Pleno de Janeiro mas sublinha que diversas medidas sofreram a influência direita que se fortaleceu pouco a pouco, que houve manifestações de passividade e que surgiram no Partido sérias diferenças de opinião que prejudicaram a unidade de acção do Partido.

4) Descreve como «esta situação começou a ser utilizada por forças que se esforçavam por enfraquecer o Partido, minar a sua posição dirigente na sociedade e pontos decisivos do estado socialista e enfraquecer as relações internacionais do Partido e do Estado no quadro dos países da comunidade socialista».

5) Expõe como os oportunistas de direita e forças anti-socialistas e sem controle tomaram conta de meios de informação de massas e utilizaram a sua enorme influência para pressionarem o Partido, atacarem e prejudicarem a actividade do aparelho do Partido e do Estado, sem que a Direcção do Partido e o governo tomassem as medidas apropriadas para impedi-lo,

antes subestimando a importância do facto.

6) Refere como o Pleno de Maio do CC «constatou o perigo crescente das forças anti-socialistas», e decidiu que, em caso de perigo para o socialismo, o Partido e o governo utilizariam os meios do poder. Mas que entretanto no Partido se criou uma complexa situação, com uma «profunda diferenciação de pontos de vista», e que o CC e o governo não estiveram atentos à evolução da situação nem agiram em conformidade com as conclusões do Pleno.

7) Descreve pormenorizadamente como elementos oportunistas utilizando a falsa consigna de democracia absoluta, subestimavam os aspectos de classe da democracia socialista, apregoavam a independência em relação ao Partido e à sua orientação de sectores do sistema político, subestimavam o perigo das forças anti-socialistas, desaprovavam a luta ideológica contra elas, não consideravam nem os esforços do imperialismo para se aproveitar do processo que se verificava na Checoslováquia, nem os interesses internacionais da comunidade socialista. Tais ideias, expostas na imprensa, criaram a ideia de ser essa a política oficial do Partido. «Objectivamente isto serviu as forças anti-socialistas e desorientou uma parte dos membros do Partido e da sociedade».

8) Sublinha que, ao mesmo tempo, as forças anti-socialistas concentraram os seus esforços para desacreditar o socialismo, valorizar a democracia burguesa, «introduzir os seus elementos no nosso sistema político», desenvolver uma oposição, negar o papel dirigente do Partido, tentar destruir o Partido e o Estado, atacar a URSS, outros estados socialistas, o Tratado de Varsóvia e a cooperação económica com os países socialistas. Esta actividade complicava a situação política no país e as relações com os aliados.

9) Considera que «para a actividade do Partido e a ulterior formulação da sua política de-

pois dos acontecimentos de Agosto, é extraordinariamente importante o cumprimento mais sincero e consequente da Declaração de Bratislava e dos Acordos de Moscovo de 26 de Agosto, que constituem a única base real para a normalização da situação na República Socialista da Checoslováquia e das relações entre a Checoslováquia e os cinco países do Tratado de Varsóvia».

10) Sublinha que a política do Partido se inspira nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário e define como tarefas essenciais:

- desenvolver a economia e a democracia socialista;
- desenvolver o patriotismo socialista;
- aprofundar e defender o princípio do internacionalismo proletário;
- desenvolver e fortalecer a amizade com a URSS e outros países socialistas;
- observar o centralismo democrático e a democracia interna no Partido;
- conduzir a luta ideológica contra o oportunismo de direita e a luta em todas as frentes contra as forças anti-socialistas e anti-soviéticas e a ideologia burguesa;
- unir dentro destes princípios todas as forças sãs do Partido.

11) Sublinha ainda ser essencial para o fortalecimento do sistema político o papel dirigente do Partido e da classe operária e traça a orientação para o trabalho prático imediato para assegurá-lo.

A Resolução do Pleno de Novembro do CC do PC da Checoslováquia é muito extensa e não podemos infelizmente transcrevê-la integralmente. No resumo acima feito, seleccionámos as passagens de mais interesse para a compreensão dos acontecimentos de Janeiro a Agosto e o conhecimento da actual posição do PC da Checoslováquia.

O Pleno de Novembro representa um passo de enorme importância para o reforço do socialismo na Checoslováquia e da cooperação, amizade e segurança da comunidade socialista.

Solidariedade ao VIETNAM INDOMÁVEL

A Conferência de Paris para a paz no Vietnam arrasta-se, o que põe claramente em causa a sinceridade dos Estados Unidos na procura de reais soluções de paz, evidenciando as contradições que minam as altas esferas imperialistas americanas e as contradições entre os Estados Unidos e o governo fantoche de Saigão.

Entretanto, recomeçaram os bombardeamentos americanos contra a República Democrática do Vietnam, dificultando o estabelecimento duma plataforma de acordo na reunião de Paris.

No Sul, a Frente de Libertação Nacional continua a sua batalha heróica à frente de todo um povo indomável e consciente de que só mantendo a força da sua unidade combativa conquistará finalmente os seus direitos.

Conseguida a primeira vitória que foi obrigar os Estados Unidos e o governo fantoche de Saigão a virem a negociações, a solidariedade internacional não pode parar nem abrandar. Milhões de pessoas em todo o mundo apoiam com manifestações e concentrações e marchas e abaixo-assinados, os legítimos direitos do povo vietnamita.

Que a juventude e o povo português dêem também a sua solidariedade activa ao heróico povo do Vietnam, exigindo junto da Embaixada dos Estados Unidos da América a solução para a Paz no Vietnam de acordo com as reivindicações da R.D. do Vietnam do Norte e da Frente de Libertação Nacional do Vietnam do Sul!

Rádio Portugal Livre

Transmite todos os dias das 8 às 8,30 em 19 metros; das 19 às 21 horas em 26 metros. A última emissão é transmitida das 0,20 às 0,50 em 26, 32 e 36 metros.

Aos domingos uma emissão especial dedicada aos camponeses vai para o ar das 15 às 13,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.

FELICITAÇÕES AO PCUS pelo êxito da Saiz 4 e Saiz 5

Em nome dos comunistas portugueses, o camarada Alvaro Cunhal, Secretário Geral do P.C.P., enviou ao C.C. do Partido Comunista da União Soviética um telegrama felicitando calorosamente pelos sucessos das experiências no domínio cósmico das naves Saiz 4 e Saiz 5, o Partido, os cientistas, os cosmonautas, e operários soviéticos.

Nesse telegrama, o camarada Alvaro Cunhal afirmava que os comunistas, a classe operária e todas as pessoas progressistas de Portugal se alegrem profundamente com os sucessos e vitórias do povo soviético e do seu Partido.

As guerras coloniais

(continuação da 5.ª pág.)

empresas diversas 827.300 contos; 10 empresas coloniais, 568.100 contos. Isto significa que apenas 81 empresas tiveram 2.927.300 contos de lucros líquidos confessados!

Mas a avidez capitalista é insaciável. Daí a grande campanha orquestrada pelo governo de Marcelo Caetano para o aumento da «produtividade» à custa de um esforço físico ainda maior dos trabalhadores. Isto é, não se trata de aumentar a produtividade pela modernização das máquinas e pela aplicação das conquistas da ciência e da técnica, mas de aumentar a produção impondo ritmos de trabalho infernais aos trabalhadores. Mas os trabalhadores não deixarão que lhes tirem a pele!

À ofensiva por aumento de salários contra as guerras coloniais pela democracia e a liberdade

Os grandes capitalistas podem e devem pagar mais impostos, assim como salários, e ordenados compatíveis com o custo de vida. Mas só pela luta aberta, organizada, firme e unida, a classe operária e restantes trabalhadores a isso os poderão forçar. De vontade própria nada cederão.

Na sua arenga de 8 de Janeiro passado, Marcelo Caetano foi forçado a reconhecer a subida constante dos preços, mas mentirosamente procurou atribuí-la a simples manobras de especuladores, quando a causa fundamental está na política fascista, de guerra, favorável aos monopólios, e em

especial na guerra conduzida contra os povos das colónias portuguesas que consomem o melhor das receitas nacionais.

A luta contra as guerras coloniais, pelo seu fim imediato e pelo regresso dos soldados é parte integrante da luta da classe operária, das massas trabalhadoras, de todas as camadas não-monopolistas, de todos os democratas e patriotas, por aumento de salários, contra a vida cara, por pão ou trabalho, contra o aumento e criação de novos impostos e taxas, pela liquidação do poder dos monopólios, pela democracia, a liberdade e a Paz.